



## **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: RELATOS DE UMA PROFESSORA**

### **GT 3: EDUCAÇÃO E DIVERSIDADES CULTURAIS** **Relato de experiência**

MARIA, Anair (Docente da rede municipal/Pontes e Lacerda/Mato Grosso)  
anairmaria@gmail.com

LOURDES, Dayane Freitas de (Egressa do Mestrado em Educação/UFMT)  
dayanesaber@gmail.com

SILVA, Fabiola Aparecida (Docente da rede municipal/Pontes e Lacerda/ Mato Grosso)  
fasimmi@hotmail.com

### **1 Introdução**

Entendemos que a discussão dos direitos e do respeito à acessibilidade das pessoas com deficiência não é uma discussão que esgota-se. Para tanto, escrever esse relato é uma forma de sentir que alguém ouviu o quanto é doloroso assistir anos após anos os direitos do grupo de deficientes serem negados e negligenciados seja pelo poder público ou por parte dos profissionais da educação. Como parte nesse papel de inclusão a sensação que temos, enquanto educadores, é de uma eterna vigilância para que nenhuma criança deficiente seja injustiçada. Nós da escola nos compadecemos junto à família que também não encontra suporte nas políticas públicas de saúde e nem nas educacionais, encontrando-se solitárias nessa busca por inclusão.

O presente relato de experiência elucida as vivências da professora Vitória<sup>1</sup> que atua há oito anos nas salas de recursos das creches municipais de Pontes e Lacerda-MT. A mesma procurou em sua prática identificar as dificuldades que as pessoas portadoras de necessidades especiais enfrentam nas salas de aulas, e, ao passo que relata as barreiras, medos e indignações. A mesma aponta que na construção geral da proposta para a inclusão exige um conjunto de fatores que dificultam o desenvolvimento do trabalho com os deficientes nas escolas públicas.

Esse trabalho relata as contradições sobre esse assunto, assinalando que as crianças com necessidades especiais necessitam de respeito como um elemento indispensável no desenvolvimento pessoal e social, sem o qual é impossível falarmos em inclusão.

Esta é uma discussão de cunho qualitativo e tem por metodologia a pesquisa bibliográfica, onde constam as vivências de uma professora que ao passo que relata sua

---

<sup>1</sup> Nome fictício, pois a professora faz parte da escrita do artigo.

experiência também narra os desafios da educação inclusiva pela igualdade e acolhimento. Não se trata de uma narrativa de qualquer aluno, e sim de um grupo de alunos invisíveis, injustiçados e que lutam todos os dias para serem incluídos na sociedade dos ditos “normais”.

## 2 Desenvolvimento

Este é um trabalho que emergem aspectos e contextos da inclusão nas escolas públicas, ao passo que relata a experiência de uma professora que durante a narrativa traz à luz as condições e a realidade conflitante do real acesso das pessoas com deficiência ao espaço escolar.

De modo geral, nesse momento, no Brasil, as escolas públicas estão mobilizando-se, e, realizando adaptações para receberem os alunos com deficiência. Embora seja um processo moroso a passos lentos as redes de ensino estão sendo direcionadas com ações para mitigarem as barreiras de acesso e de consolidação dos direitos dos deficientes ao ingresso e permanência na escola pública.

A relação da professora Vitória com a inclusão de deficientes iniciou-se no ano de 2017 na rede municipal de ensino na cidade de Pontes e Lacerda-MT e em sua trajetória profissional a mesma atuou em todas as salas de recursos das creches da rede, onde enfrentou o desafio do trabalho com os alunos com deficiência, pois antes disso trabalhou em salas regulares de ensino. No começo do trabalho com alunos com deficiência a professora reverbera que lidou com medos pessoais, indagava-se sobre como seria a metodologia de ensino e qual era a forma de aprendizagem. A mesma era tomada pela angústia, pois não conseguia visualizar os resultados da sua prática. Porém uma certeza ficou constatada em sua atuação: A escola é lugar de gente, portanto, lugar de deficientes e não deficientes. A professora Vitória foi encontrando as respostas nas leituras formativas e na própria relação com as crianças.

A inclusão não é uma teria nova é um direito que começou a tornar-se realidade no ano de 1994 quando foi elaborada a carta de Salamanca em uma Conferência com vinte e cinco organizações internacionais, na qual participaram noventa e dois governos, os quais reconheceram a urgência e necessidade do reconhecimento da criação de ações para que essa inclusão tornasse realidade.

Visualizando o cenário educacional, para a professora Vitória, os profissionais da educação presenciam um atraso em adotar propostas que possam melhorar nos avanços da inclusão em nosso país, pois há muitos impedimentos econômicos, sociais e comportamentais. Em seu trabalho na sala de recursos a professora percebeu que o Estado não opera de maneira

eficiente na implantação de mecanismos necessários para atenderem essa minoria. Existem muitos empecilhos para uma inclusão, a falta de formação de profissionais para os atendimentos de tantas especificidades, bem como a dificuldade que os pais tem em aceitarem a condição dos seus filhos, pois ao entenderem que existem uma deficiência inicia-se uma luta injusta, pois os pais necessitarão percorrer caminhos para conseguirem laudo, tratamento e profissionais especializados. A professora Vitória narra que muitos pais não aceitam que são pais atípicos e vivem uma espécie de luto, assinalando dessa forma que, a família também precisa de apoio tanto quanto a criança e o profissional que irá recebê-la.

Para a Revista da Educação Especial 2005 (MEC) a partir da conferência de Salamanca “as escolas se encontram frente ao desafio de desenvolver uma pedagogia capaz de educar com êxito todas as crianças, inclusive àquelas que tem deficiências graves” (p.18). Acreditava-se que as escolas a partir de então entrariam em uma nova compreensão da proposta da inclusão, porém essa não fora a realidade, as lutas e resistências permanecem. Vale destacar que na Declaração de Salamanca estão previstos aos deficientes os seguintes direitos,

- Todas as crianças têm direito à educação e deve-se dar a elas a oportunidade de alcançar e manter um nível aceitável de conhecimentos;
- Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagens que lhe são próprias;
- Os sistemas de ensino devem ser organizados e os programas aplicados de modo que tenham em conta todas as diferentes características e necessidades;
- As pessoas com necessidades educacionais e especiais devem ter acesso às escolas comuns;
- As escolas comuns devem representar um meio mais eficaz para combater as atitudes discriminatórias, criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e alcançar a educação para todos.

Porém mesmo diante da grandeza da Declaração de Salamanca, a professora Vitória relata que não ocorreram mudanças de forma instantâneas nas propostas educacionais na sua rede de ensino. Segundo o Ministério da Educação na revista Educação Especial de 2005 são apresentados alguns relatos que corroboram com aquilo que a professora descreve em sua prática na atuação nas creches. A realidade é que as escolas [...] carecem de possibilidades de acesso físico a alunos com deficiências motoras; salas de aulas superlotadas; falta de recursos especializados para atender as necessidades de alunos com deficiências visuais” (p.26) dentre outros problemas que são visivelmente notados em qualquer escola ou creche pública.

Diante do exposto, entende-se dessa forma, que mesmo que haja um desejo dos profissionais em incluir cada criança são imensas as dificuldades em adaptar a metodologia de ensino, além do desconhecimento para lidarem com cada deficiência. Medos e desafios que assolaram o início da carreira da professora Vitória, hoje foram superados, porém existe o

desafio que o próprio sistema de ensino impõe. Porém ao realizar o aprofundamento e envolvimento com a inclusão, a protagonista do relato, corrobora com a visão de Montoan (2003, p. 97), quando a mesma afirma que “a educação inclusiva se tratando de um processo que está a todo tempo em construção, deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender e compreender as dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno”.

Quanto a atuação dos demais profissionais cada qual revela suas fragilidades, alguns negligenciam atendimentos, outros invisibilizam os deficientes, mas há aqueles que se preocupam e dão um passo a mais. É compreensível que alguns profissionais julgam-se incapazes diante dos obstáculos humanos e materiais, pois de fato muitos não tem formação nessa área. Para Schon (1992, p.46) “Uma vez apto para enfrentar tais situações, esses professores tendem a compreender, respeitar e valorizar as diferentes culturas e forma de existir de seus alunos”.

Outra barreira notória pela professora Vitória são as questões do preconceito que ocorre entre os alunos e profissionais da educação, um certo “descrédito” evidenciados na prática do dia-a-dia nas conversas informais, na desconsideração por não reconhecerem que os alunos são capazes de desenvolverem habilidades diversas e que possuem capacidade de conviver no meio social participando de igual modo das atividades do cotidiano escolar. “O preconceito justifica nossas práticas de distanciamento dessas pessoas, devido às suas características pessoais (como também ocorre com outras minorias)” (Brasil, 2010, p. 30).

A professora protagonista desse relato alega que presencia comentários de gestores e professores que afirmam que a escola não possui professores ou recursos especializados, alegam que não estão preparados para receberem crianças com deficiência. A mesma assinala que já ouviu em discussões, nos ambientes escolares, que era melhor não acertarem esses alunos com deficiência. Na perspectiva de Vitória, mesmo sabendo do direito da criança deficiente, professores se negam ao seu papel e dever, elaborando diversas justificativas para recusarem o acolhimento. É diante das afirmações dos profissionais da educação que é perceptível que ainda falta muito a ser feito, ainda faz-se necessário palestras, movimentos e mais ações para mudarem concepções e remover pensamentos. Para Paulo Freire (2021), “a melhor afirmação para definir o alcance da prática educativa em face dos limites a que se submete é a seguinte: não podendo tudo, a prática educativa pode alguma coisa” (p.35). É lamentável que os educadores não enxerguem os caminhos para fazerem a diferença na vida desse grupo excluído.

No decorrer deste trabalho atentamos para o fato de que o meio social tem grande influência no processo de desenvolvimento do indivíduo e que a sua interação social é de grande importância, sendo que essa interação se dá através da linguagem contribuindo para que esse

sujeito se constitua e desenvolva enquanto cidadão, pois a maior dificuldade para o desenvolvimento da pessoa com deficiência é a ausência de comunicação eficiente entre quaisquer que sejam as pessoas que tenham alguns tipos de envolvimento com ele, seja familiares, amigos ou professores.

Para a professora Vitória alunos e professores ainda estão acostumando-se com a ideia de inclusão. Há muitas rejeições na sala de aula, tanto por parte dos alunos como por parte de alguns professores que querem livrar-se das salas que contém alunos especiais na hora da atribuição de aulas no início do ano letivo. Dessa forma, observa-se que não está ocorrendo em sua totalidade o respeito necessário aos alunos especiais, a dignidade e a liberdade de convivência comunitária. No projeto de lei nº 3638/00 (Do Sr. Paulo Pain) no art.4º está grafado que: [...] é dever da sociedade, do Estado, da comunidade e da família assegurar as pessoas portadoras de necessidades especiais, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à habitação, à educação [...]. Compreendemos que mesmo que exista uma lei que defenda a ideia de inclusão oportunizando a esse aluno o desenvolvimento pleno, ainda não é o suficiente, pois, depende do reconhecimento de cada um e da garantia do respeito às suas potencialidades. A políticas públicas e as escolas falham na garantia do direito.

Como em nossa constituição há direitos que são invioláveis, os direitos das pessoas com deficiências também o são. Nota-se que referente ao direito de alimentação há casos de crianças que não têm acesso a uma boa alimentação, coisas tão básicas. Quanto ao esporte não estão sendo ofertadas condições necessárias para as práticas esportivas para deficientes, apenas se interagem com os demais alunos em algumas brincadeiras. Os deficientes ficam às margens das quadras esportivas. A realidade da inclusão é intrigante, pois aqueles que deveriam garantir os direitos os negligenciam. É necessário avançar nessa discussão. Se para alguns a inclusão é uma crise, segundo Mantoan (2003, p.36) “Inclusão trata-se de um acontecimento prazeroso de convivência com o diferente”, porém essa não é a realidade nas escolas.

Sabemos que quando se busca refletir a inclusão nas escolas, os profissionais da educação sentem-se com certo desconforto ao se depararem com o novo, pois é preciso reconhecer que o que sabemos acerca do novo é em grande medida, o que sabemos acerca de nós mesmos. Assim, é preciso ter a tomada de consciências de que somos seres inconclusos, incompletos, faltos de muitas coisas e, portanto, cheios de necessidades, e isso é essencial para que pensemos a educação como espaço de acolhimento e ensino. De fato para que “as escolas sejam verdadeiramente inclusivas, ou seja, abertas à diversidade, há que se reverter o modo de pensar, e de fazer educação nas salas de aula, de planejar e de avaliar o ensino e de formar e



aperfeiçoar o professor” (Belisário, 2005, p. 130). É necessário treinar o olhar da sociedade para a diversidade.

### 3 Considerações Finais

Neste relato de experiência profissional na área da inclusão, a protagonista do relato não romantizou as condições da inclusão na escola pública, pois há obstáculos visíveis e não visíveis que impedem que as crianças tenham as mesmas oportunidades de acesso e permanência. Atualmente não são todas as escolas públicas que têm sala de recurso, apenas os alunos com laudos médicos conclusos possuem direito ao acompanhamento individual. O modelo que muitas escolas adotam é excludente, não acolhem os deficientes, ao contrário, os invisibilizam. Necessitamos de uma proposta efetiva de educação inclusiva.

A realidade das escolas assinala que mesmo com as limitações a escola está de portas abertas. Faz parte da profissão docente participar da luta pela dignidade e condição de vida igualitária a todos. É importante destacar que a palavra inclusão tomou conta dos meios educacionais, porém constitui-se em um discurso com brechas, pois a inclusão ainda não ocorre por completo. É preciso treinar os olhares, humanizar os envolvidos.

### 4 Referências

- BELISÁRIO, J. Ensaios pedagógicos: construindo escolas inclusivas. Brasília: MEC, SEESP. 2005.JG.
- \_\_\_\_\_.BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Inclusão: revista da educação especial, v. 1, n 1, outubro,2005. Brasília: MEC/SEESP, 2005.
- \_\_\_\_\_.BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva / Secretaria de Educação Especial. - Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010.
- FREIRE, Paulo. **Política e educação**:ensaios-5. ed - São Paulo, Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época ; v.23).
- MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: Moderna.
- PAÍN, S. (1992). **Diagnóstico e Tratamento dos Problemas de Aprendizagem**. Porto Alegre: Artmed.
- SCHON, D. A. **Formar professores como profissionais reflexivos**. In Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992. p. 52- 77.